

 [10.58876/rbbd.2025.21122124](https://doi.org/10.58876/rbbd.2025.21122124)

Representatividade de grupos minorizados socialmente no acervo de bibliotecas públicas e comunitárias: no contexto do feminismo interseccional

Representation of socially minority groups in the collections of public and community
libraries: in the context of intersectional feminism

Larissa Pinheiro Lopes

Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
E-mail: larissa_plopes@outlook.com

Giovanna Valentini Paiva

Graduanda em Biblioteconomia pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ).
E-mail: givalentinip@gmail.com

Patricia Mallmann Souto Pereira

Doutora em Comunicação e Informação pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
Docente do Departamento de Biblioteconomia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
E-mail: patriciamall@facc.ufrj.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir a inclusão de um acervo de literatura feminista, antirracista e LGBTQIAPN+ em bibliotecas públicas. Bibliotecas públicas e comunitárias são abordadas como de caráter público, se constituindo em espaços adequados para discussões sobre gênero, raça e classe. Considera a competência em informação uma ferramenta capaz de empoderar grupos minorizados socialmente. Analisa nove livros de literatura infantojuvenil feminista que abordam o empoderamento, assim como atividades de mediação de leitura. Os resultados apontam o potencial da literatura como informação para combater discriminações e desenvolver habilidades de competência em informação. Considera que a inserção de acervos de feminismo interseccional em bibliotecas de caráter público é uma forma de torná-las inclusivas e disseminar informações com potencial de empoderar.

Palavras-chave: Bibliotecas públicas. Bibliotecas comunitárias. Feminismo interseccional. Literatura infantojuvenil. Inclusão social.

ABSTRACT

This project aims to discuss the inclusion of a collection of feminist, anti-racist and LGBTQIAPN+ literature in public libraries. Public and community libraries are approached as public, constituting suitable spaces for discussions on gender, race and class. The information competence is a tool capable of empowering socially minority groups. The methodology analyzes nine books of feminist children's literature that address empowerment, as well as reading mediation activities. The results show to the potential of literature as information to combat discrimination and develop competence skills. The conclusion considers that the insertion of collections of intersectional feminism in public libraries is a way to be inclusive and disseminate information with empowerment potential.

Keywords: Public libraries. Community libraries. Intersectional feminism. Children's literature. Social inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido no escopo de um projeto de pesquisa mais amplo, denominado "Literatura infantojuvenil feminista: no contexto da informação social", que analisa como a literatura infantojuvenil contribui com a ampliação e disseminação de informação social, construída no âmbito de movimentos sociais, especificamente feministas, que envolvem questões étnico-raciais, de classe, gênero e sexualidade. Desta pesquisa nasceu o projeto de extensão "Crianças e Adolescentes Feministas (CriaFem): mediação de leitura infantojuvenil feminista", com a compra do acervo estudado e a concepção de atividades de mediação de leitura em bibliotecas comunitárias, públicas e escolares, assim como em espaços públicos de livre acesso.

Entendemos que a mediação de leitura tem o propósito de contribuir com a apropriação da informação pelas pessoas, de forma individual e coletiva, favorecendo a transição de informação em conhecimento. Como assinala Almeida Júnior e Bortolin (2007), a mediação é uma "ação de interferência" que realiza profissionais de informação, se configurando assim em uma comunicação entre a pessoa leitora e a mediadora. Petit (2009, p. 69) argumenta: "tomar a palavra e a pena, eis o objetivo de vários movimentos sociais no decorrer da história, unindo homens e mulheres que não tinham voz e não aguentavam mais outros falando em seu lugar". A leitura, dessa forma, passa a ser um caminho essencial para o desenvolvimento social de crianças e adolescentes, sendo uma forma de se ver no mundo; e a mediação de leitura propicia essa conexão da obra com a pessoa leitora, "abraçando-a" em sua subjetividade.

Levando em consideração a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária e o fato de que a extensão é uma forma de devolver à sociedade recursos pagos em forma de impostos, consideramos o caráter público do projeto mencionado, tanto por contar com recursos públicos como por se destinar à sociedade. Como já afirmava Vergueiro (1989, p. 30), ao discutir o desenvolvimento de coleções, "[...] a biblioteca, como uma instituição essencialmente democrática – principalmente pública –, deve atender a todos os membros da comunidade no que diz respeito às suas necessidades informacionais [...]".

Nesse sentido, é possível refletir a importância da literatura feminista, antirracista e LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais,

Pansexuais, Não binárias, Mais) nas bibliotecas de caráter público, considerando o sentido mais amplo de biblioteca pública como voltada ao público, em geral, e a uma comunidade, em especial. Esse tipo de biblioteca, conforme o Manifesto da Biblioteca Pública da International Federation of Library Association (IFLA) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (IFLA; UNESCO, 2022, p. 1) é:

[...] o centro local de informação, disponibilizando todo tipo de conhecimento e informação aos seus usuários. Ela é um componente essencial das sociedades do conhecimento, adaptando-se continuamente a novos meios de comunicação para cumprir sua função de fornecer acesso universal a informações e permitir que todas as pessoas possam fazer uso significativo da informação.

O acesso à informação possibilita que as pessoas possam exercer seus direitos, de modo que tornar a informação disponível a todos faz com que seu acesso seja democrático, universal e equitativo.

O projeto aqui discutido possui um acervo de literatura infantojuvenil e em quadrinhos sobre feminismo, até o momento composto por 155 livros, cobrindo assuntos como: LGBTQIAPN+; antirracismo; empoderamento de mulheres; mulheres na Ciência e Tecnologia (C&T); meio ambiente; ativismo; desconstrução de estereótipo de gênero; profissão; releituras de contos de fadas. Para tanto, buscamos discutir a importância de incluir essas temáticas em atividades com crianças, adolescentes e adultos, a fim de contribuir no combate às discriminações presentes na sociedade patriarcal, bem como no empoderamento de grupos minorizados socialmente. Como alega bell hooks (2020), a conscientização e o debate social sobre a questão do feminismo, como forma de desconstrução da opressão de gênero, é um caminho necessário, desde a infância.

O feminismo se trata de um movimento de mulheres que questionam as hierarquias sociais. Por volta do século XIX ocorreu nos Estados Unidos o que é considerado como a primeira onda do movimento feminista, a partir das reivindicações das sufragistas, especialmente pelo direito ao voto e à vida pública (Pinto, 2010). No entanto, as mulheres brancas dominavam o movimento, sendo que “as feministas brancas excluía as mulheres não brancas, alegando que a igualdade racial e a igualdade de gênero eram batalhas distintas. As afro-americanas rejeitavam essa visão” (Lupton *et al.*, 2023, p. 10). Já na década de 1960, se iniciou o que é conhecido como a segunda onda,

com a busca pela redefinição dos papéis social e econômico das mulheres, o combate à violência sexual e o direito ao prazer sexual. Feministas afro-americanas denunciavam que essas reivindicações refletiam o privilégio da classe média intelectual branca (Lupton *et al.*, 2023). Nesse cenário também se manifestou o feminismo radical.

A partir de debates e discussões ocorridos nas outras ondas, teve início a terceira onda, na década de 1990. O feminismo negro se fortaleceu, com as lutas de mulheres como Angela Davis, Beverly Fisher, Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw e bell hooks. Posteriormente, surgiu o que se conhece como feminismo queer e feminismo interseccional, com as obras da Judith Butler (2003), com a qual se disseminou o discurso de que não existe apenas um sujeito mulher universal, mas sim mulheres com especificidades diferentes. As vertentes mais conhecidas do feminismo contemporâneo, que são influenciadas pelas diversas ondas, notadamente a terceira, são: a) feminismo liberal; b) feminismo radical; c) feminismo negro; d) feminismo interseccional; e) feminismo marxista.

O feminismo interseccional, de que trata este trabalho é, porém, uma vertente do feminismo que considera a intersecção entre as diferentes opressões que as mulheres sofrem, considerando-as como pessoas diversas, com distintas realidades de vida. O discurso de Frances Ellen Watkins Harper, “We are all bound up together” (Estamos todos unidos), proferido em 1866, estabeleceu as bases do que hoje chamamos de “interseccionalidade” (Lupton *et al.*, 2023, p. 10, tradução dos autores). Lupton *et al.* (2023, p. 16-17) explicam que esse conceito abrange diversas modalidades de identidade e privilégio, para além da intersecção entre gênero e raça:

Imagine várias ruas se cruzando: gênero, raça, classe, religião, capacidade, idade e assim por diante. Cada rua tem várias faixas, porque há muitas identidades possíveis dentro de cada categoria. [...] Uma mulher cisgênero poderia ser negra, queer e de classe média; poderia também ser uma designer muçulmana com um desvio de aprendizagem. As identidades não são fixas.

Interseccionalidade pode ser um termo guarda-chuva, contudo, quando utilizado como uma ferramenta analítica, é possível visualizar os problemas sociais (Collins; Bilge, 2020). Assim sendo, a interseccionalidade:

Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos [...], fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo (Collins; Bilge, 2020, p. 34).

Para tanto, considerando que pessoas de diferentes grupos sociais vivenciam diferentes realidades e estão sujeitas a sofrer diferentes opressões sociais ao longo da vida, o feminismo aliado à interseccionalidade acolhe quaisquer realidades, identidades e características, em atenção ao fato de que diferentes mulheres podem sofrer diferentes e múltiplas discriminações. Diante disso, essa vertente do feminismo se adequa a este trabalho, pois atenta às diversas discriminações e opressões que tornam grupos sociais minorizados em direitos e oportunidades.

Visto que as bibliotecas públicas, que atendem ao público em geral, são locais de informação e construção de conhecimento, disseminando e mediando informação, as bibliotecas comunitárias também podem ser encaradas como públicas, isto é, de acesso a todas as pessoas. Conforme Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 18), a biblioteca comunitária “[...] é considerada pública pelo seu caráter de estar aberta e atender a todos, por possuir um acervo generalista, por oferecer serviços gratuitos e não pelo seu vínculo institucional ou sua personalidade jurídica”, sendo assim voltada à comunidade. Dessa forma, torna-se importante inserir nas bibliotecas um acervo diversificado e direcionado para fortalecer a comunidade.

À medida que compreendemos a importância da inclusão de temáticas feministas em bibliotecas e espaços públicos, consideramos, da mesma forma, a inclusão social de grupos minorizados socialmente e as vulnerabilidades que os cercam. Percebemos a competência em informação (CoInfo) como uma ferramenta útil nesse processo, pois auxilia na apropriação da informação social, sendo esta discutida no âmbito da Biblioteconomia social, crítica e progressista, sendo que essa vertente vem para se contrapor à Biblioteconomia tradicional que antes silenciava algumas discussões como de raça, gênero, classe e sexualidade (Tanus, 2022),

Portanto, este trabalho tem por objetivo discutir a inclusão de um acervo de literatura feminista, antirracista e LGBTQIAPN+ nas bibliotecas públicas, examinando a importância dessa literatura para todas as pessoas, independentemente de faixa etária, classe social, gênero, religião, entre outros aspectos. Para tanto, foram analisados livros de literatura infantojuvenil, assim como atividades de mediação de leitura, que abordam

esses temas. Essa discussão versa sobre incluir todos os indivíduos em espaços públicos, sobre a sensação de pertencimento na vida individual e coletiva, e sobre a importância da representatividade em ambientes públicos.

2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS E COMUNITÁRIAS

A biblioteca pública é um espaço para disseminar informação e acessar a comunidade, para que assim as pessoas possam utilizá-la a partir dos recursos disponíveis. O diálogo com a comunidade é fundamental para a biblioteca de caráter público, pois é a partir dele que se torna possível compreender suas necessidades e como a biblioteca pode ajudar a supri-las, tanto no que diz respeito à formação do acervo como ao planejamento das atividades e serviços (Mallmann, 2023). De acordo com Suaiden (1995, p. 20), “[...] a biblioteca pública deve constituir-se, cada vez mais, em um centro convergente das aspirações comunitárias, ou seja, deve ter uma identificação muito grande com sua comunidade e contribuir para resolver os problemas que são próprios à mesma [...]”. Refletindo sobre a biblioteca pública contemporânea, Silva e Olinto (2015, p. 13-14), enfatizam “[...] a importância das bibliotecas públicas atuarem como instituições que promovem o desenvolvimento comunitário, através de serviços e ações voltados para a comunidade do entorno da biblioteca”.

A partir de informações que incluam a diversidade da sociedade e de recursos necessários, a biblioteca ficará mais acessível e democrática. De acordo com Fernandez, Machado e Rosa (2018), em pesquisa envolvendo 143 bibliotecas comunitárias em diferentes regiões do Brasil, essas bibliotecas surgiram nas localidades a partir de objetivos individuais e coletivos, incluindo movimentos sociais LGBTQIAPN+ e com pautas de negritude. As autoras relatam como as bibliotecas se tornaram importantes para algumas comunidades no sentido de promover a leitura. Percebemos também, em nossa experiência com o projeto de extensão “Biblioteca Comunitária na Vila Residencial – UFRJ”, o quanto elas ampliam o acesso à informação, promovendo a prática da leitura e possibilitando a construção de conhecimento, tanto individual como coletivo.

As bibliotecas comunitárias surgem com o objetivo de agregar, de colocar a comunidade como o cerne do espaço, assim, Montes (2018) relata como a iniciativa partindo das próprias comunidades, torna possível romper com pressupostos de que foram excluídos, ou não, de algo significativo; para tanto, são espaços de democratizar o

acesso e disseminar a informação. As bibliotecas comunitárias são o berço de cultura de certas comunidades, bem como em lugares periféricos que não possuem centros de cultura, cinema, teatro e afins, assim, proporcionando atividades para as pessoas e promovendo a cultura tanto local como externa (Fernandez; Machado; Rosa, 2018).

De acordo com Pinto (2013, p. 35), “[...] as bibliotecas comunitárias devem propor e levar adiante uma consolidação das memórias e das significações da comunidade, e por outro lado devem fornecer informações dos mundos que se interconectam com ela”, assim, representando a territorialidade e o enraizamento da comunidade, pois:

Em analogia às raízes das plantas, o enraizamento comunitário revela uma trama de relações que se retroalimentam, fortalecem e se expandem a partir de elementos em comum. Enraizamento engloba, nessa compreensão, sentimentos de pertencimento ao mesmo tempo em que envolvem a mobilização para participar de ações que contribuam para afirmar a existência e para manter ou fortalecer certa coletividade (Fernandez; Machado; Rosa, 2018, p. 103).

Com base nisso, as bibliotecas comunitárias têm o potencial de representar a comunidade, suas raízes e histórias, e suas memórias, de modo a (re)produzirem representatividade e identidade social para as pessoas que pertencem à comunidade. Já a visão de criar, proporcionar, incentivar e promover a leitura nesse cenário é fundamental para desenvolver a autonomia do indivíduo, como dizem os estudos paulo freirianos de desenvolvimento da autonomia e de não se deixar levar por pensamentos “quadrados”, por um conhecimento “bancário”, que consiste em apenas memorizar e depositar a informação sem criticá-la. Assim, Freire (1987, p. 40) diz que:

Esta concepção “bancária” implica, além dos interesses já referidos, em outros aspectos que envolvem sua falsa visão dos homens [das pessoas]. Aspectos ora explicitado, ora não, em sua prática. Sugere uma dicotomia inexistente homens-mundo [pessoas-mundo]. Homens [pessoas] simplesmente no mundo e não com o mundo e com os outros. Homens [pessoas] espectadores e não recriadores do mundo. Concebe a sua consciência como algo especializado neles e não aos homens [pessoas] como “corpos conscientes”.

Portanto, é essencial que as pessoas tenham suas próprias consciências para realizar escolhas sobre o que lhes é apropriado, sendo que a biblioteca pode se tornar mediadora entre as pessoas e as informações. Logo, O Manifesto das Bibliotecas Públicas (IFLA; UNESCO, 2022, p. 4) diz que:

Os serviços da biblioteca devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades em áreas rurais e urbanas, bem como às necessidades de grupos marginalizados, pessoas com deficiência, usuários que demandem atendimento especial, usuários multilíngues e povos indígenas dentro da comunidade.

Por fim, o acesso deve ser para todas as pessoas, sem discriminação de etnia, sexualidade, classe, gênero, religião e deficiência. A biblioteca pública deve cumprir o papel de disseminar e mediar informação, democratizar seu acesso e contribuir com a universalização do exercício de direitos, estendendo sua atuação a diferentes comunidades e grupos sociais e culturais. Refletindo sobre a formação de uma autonomia crítica, consideramos necessário o desenvolvimento de habilidades para uma melhor apropriação informacional, o que nos leva a pensar a CoInfo como ferramenta para as bibliotecas trabalharem com os grupos sociais minorizados.

3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DO EMPODERAMENTO DE GRUPOS MINORIZADOS SOCIALMENTE

A CoInfo é associada como uma forma de buscar, recuperar, avaliar e acessar informações. Lucca e Vitorino (2020, p. 22) concordam que “competência em informação é um movimento social e científico, que investiga processos referentes à busca, ao acesso, à avaliação, à comunidade e ao uso da informação”. Para tanto, CoInfo é útil em diversas vertentes, assim como na sua funcionalidade em bibliotecas públicas, servindo para auxiliar na busca do indivíduo e capacitar suas habilidades e autonomia no momento de recuperação da informação. A partir da CoInfo é possível desenvolver a autonomia das pessoas, de modo que facilitará não somente o acesso à informação, mas especialmente o alcance de seus objetivos.

A partir do momento em que transformam informação em conhecimento, é possível a emancipação da autonomia dos sujeitos, assim praticando influência no processo de conscientização e formação (Miranda; Alcará, 2023). À medida que analisamos e entendemos o que é CoInfo e para que serve, podemos discutir algumas vertentes nas quais ela pode ser incorporada, assim como no empoderamento de mulheres e na literatura feminista, nas pautas LGBTQIAPN+ e nas perspectivas antirracistas e decoloniais, assim discutindo a inclusão social necessária para espaços públicos.

Conforme Almeida, Farias e Farias (2020, p. 6), “o sujeito empoderado possui poder para tomar as decisões que direcionam suas ações na vida pessoal e coletiva”. As autoras afirmam que as pessoas protagonistas são aquelas capazes de colocar em prática o seu poder de decisão como forma de participar das transformações sociais e incentivá-las. Ponderam que “é preciso haver um equilíbrio para orientar a utilização das competências individuais na promoção de mudanças sociais” (Almeida; Farias; Farias, 2020, p. 8), sob pena de evidenciar as diferenças sociais e fortalecer as relações de dominação, no caso da concentração de poder em pequenos grupos, ou grupos específicos. Por isso consideramos essencial o trabalho informacional que empodere grupos minorizados socialmente, tendo em vista que:

[...] o protagonismo está diretamente relacionado ao exercício da cidadania em todos os níveis (individual, grupal e social) e [...] seu objetivo não é dominação, competição ou disputa por interesses individuais, mas sim, a defesa de questões que afetam os indivíduos em sua coletividade (Almeida; Farias; Farias, 2020, p. 8).

Há grupos sociais que são minorizados, como mulheres, pessoas negras e indígenas e comunidade LGTBQIAPN+. Por isso é relevante considerar a CoInfo e especificar como pode ser pertinente na atuação em relação à falta de acesso à informação e conhecimento. Como relatam Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021, p. 4), “trata-se de uma via de mão dupla: as desigualdades sociais e de gênero agravam a exclusão digital e informacional que, por sua vez, reforçam as desigualdades já existentes”; desse modo, compreender o contexto social da pessoa é essencial. Como citam os autores, a partir do momento em que as mulheres não possuem acesso à informação, agrava-se a falta de liberdade e autonomia em diversas situações:

Assim, do ponto de vista social, se uma parte das mulheres não adota e/ou não conseguem usar as tecnologias e a informação, consideradas como recursos que, em princípio, contribuem para o desenvolvimento da democracia e para o aumento de oportunidades ao permitirem o contato com serviços de utilidade pública, como agências governamentais, postos de empregos, serviços comerciais e educacionais, isso gera desigualdades econômicas e sociais, bem como, reforça as já existentes [...] (Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021, p. 4).

Logo, Pellegrini, Vitorino e Herrera (2021, p. 4) argumentam que a aproximação da “[...] ideia de competência em informação ao processo de empoderamento das pessoas”

dialoga em desenvolver a independência da mulher, assim, não segregando as informações.

O empoderamento é relevante para as pessoas à medida que desenvolvem autonomia para tomar as próprias decisões; entretanto, o enfoque do empoderamento de mulheres está ligado à sua conscientização e ao seu poder coletivo (Sandenberg, 2018). A partir do momento em que as mulheres percebem que se empoderar está do pessoal para o coletivo, inicia-se a libertação das amarras da opressão de gênero patriarcal, como afirma Sandenberg (2018). É imprescindível que as mulheres possam caminhar em direção ao empoderamento para serem livres, pois assim é possível compreender além da visão patriarcal. O feminismo está ligado ao significado de empoderamento coletivo, na perspectiva da autora, isto é, “[...] na perspectiva feminista, empoderamento é pensado como uma jornada se desenrolando, gradativamente, com a conscientização e poder coletivo de mulheres” (Sandenberg 2018, p. 18).

Esse poder coletivo permite o direito de ir e vir sem interferências externas, sem ter de lidar com a desigualdade de gênero que existe na sociedade e que é acentuada em diversos âmbitos. Todavia, segundo Saffioti (2015, p. 124), “[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estas inter-relacionadas”, ou seja, gênero é uma construção social, por isso é necessário rebater essas desigualdades. A desigualdade de gênero é acentuada na sociedade, por isso quando enfatizamos a necessidade da competência em informação voltada para os grupos sociais minorizados, bem como para a emancipação das mulheres, acarreta entre o conhecimento e acesso irrestrito à informação por todos, dessa forma podendo enfrentar preconceitos sociais, culturais, raciais e de gênero (Miranda; Alcará, 2023).

Do mesmo modo que as mulheres sofrem com preconceitos e desigualdades, a comunidade LGBTQIAPN+ também vivencia essa realidade, e esses preconceitos podem agir diretamente nos comportamentos e atitudes que a comunidade irá ter. Garrido, Azevedo e Palma (2011) dialogam sobre a cognição social e os comportamentos sociais, e sobre como as pessoas agem, tanto fisicamente como socialmente, sobretudo que o indivíduo está mais preocupado em buscar sua verdade do que entender o contexto social no geral (Garrido; Azevedo; Palma, 2011). Assim, pode-se dizer que o indivíduo age

conforme suas crenças, valores e verdades, de tal modo que seu contexto social irá ditar seus pré-conceitos em relação a outras pessoas.

Para tanto, o entendimento dos comportamentos e atitudes das pessoas em sociedade é relevante para estruturar como a competência em informação é benéfica para a comunidade LGBTQIAPN+, bem como diz Rodrigues (2012 *apud* Silva; Vitorino, 2023, p. 6): “[...] que há muitas definições de atitudes, mas que uma grande parte inclui dois principais elementos: a existência de um sentimento pró ou contra um objeto social e a existência de uma estrutura cognitiva relativamente duradoura”.

Portanto, as atitudes definem o sentimento de pró ou contra um sujeito; assim, Silva e Vitorino (2023) apresentam competência em informação para as comunidades sociais na luta de valores por justiça social para combate às desigualdades sociais e vulnerabilidades de um determinado grupo, como no caso das pessoas LGBTQIAPN+, mulheres e pessoas negras. Assim, fortificando a comunidade e sua luta contra a discriminação, tal como para as pessoas negras que sofrem o racismo, é primordial ressaltar a necessidade da educação antirracista, assim vinculado com a CoInfo, Oliveira e Candau (2010) abordam a pedagogia decolonial, entendendo que é uma prática educativa antirracista e que promove discussões sobre vertentes históricas, epistêmicas que se diferem à lógica dominante eurocêntrica.

O pensamento decolonial abre caminhos para a pluralidade de vozes, assim se desprende da lógica de um único mundo possível (lógica da modernidade capitalista) (Righetto; Karpinski; Vitorino 2021). Decerto que a competência em informação é uma ferramenta para transformar informação em conhecimento e, como salienta Freire (1987) sobre a autonomia do indivíduo, em construir seu pensamento crítico. A competência em informação age como meio político e social, visto que Righetto, Karpinski e Vitorino (2021) discutem sobre a competência em informação e a interculturalidade, sendo esta situada na perspectiva de transformação estrutural e socio-histórica, como diz Candau (2020), que define a interculturalidade como um processo de “construção plural, original e complexa”.

Com isso, a CoInfo como ação para a educação antirracista é bem mais que o indivíduo aprender a avaliar, buscar e recuperar a informação (American Library Association, 1989), mas sim “competência sociopolítica essencial para a construção e a manutenção de uma sociedade de pensamentos e culturas-outros, verdadeiramente

democrática, em que as pessoas fazem escolhas conscientes e são capazes de determinar o curso de suas vidas” (Righetto; Karpinski; Vitorino, 2021, p. 15).

4 METODOLOGIA

Trata-se de um recorte de uma pesquisa mais ampla, que analisou livros de literatura infantojuvenil com as temáticas feminismo, antirracismo e LGBTQIAPN+, assim como atividades de mediação de leitura, discutindo a importância desse acervo em bibliotecas de caráter público, como forma de disseminar e mediar informações capazes de empoderar grupos minorizados socialmente. De forma empírica, foram analisados livros de literatura infantojuvenil com orientação feminista do acervo do projeto CriaFem, com temáticas do feminismo interseccional, envolvendo tanto biografias individuais e coletivas como histórias de ficção e poesia. Foram selecionados nove livros de forma intencional, buscando representar três diferentes grupos minorizados socialmente: mulheres (2 livros), pessoas LGBTQIAPN+ (2 livros) e pessoas negras (2 livros); assim como livros que buscam desconstruir estereótipos e papéis de gênero impostos pela sociedade patriarcal (3 livros).

No que diz respeito às mulheres, foi selecionado um livro com a perspectiva de empoderamento de mulheres (*A moça Tecelã*) e um de combate à violência sexual (*Não me toca, seu boboca!*). Em relação às pessoas LGBTQIAPN+, os livros escolhidos retratam tanto a discussão acerca da identidade de gênero (*A bolsa Amarela*) como um romance entre duas meninas (*Conectadas*). Já os livros que retratam pessoas negras apresentam meninas negras como protagonistas e reforçam suas características estéticas e culturais no combate ao racismo (*Tayó em quadrinhos e Sulwe*). Sobre os livros de desconstrução de estereótipos de gênero, foi selecionado um livro que apresenta uma menina que gosta de atividades que dizem ser “de menino” (*A história de Júlia e sua sombra de menino*), outro que mostra personagens menino e menina brincando com as coisas um do outro (*Pode Pegar!*) e o último que discute a importância de meninos chorarem e demonstrarem seus sentimentos (*Ilha das Lágrimas*).

Esses livros, como uma amostra selecionada de forma intencional (Gil, 2011) do acervo do projeto CriaFem, representam informação social (isto é, construída socialmente) sobre questões de gênero e etnia, assim como formas de dialogar com crianças, adolescentes e, mesmo, pessoas adultas. As análises dos livros foram feitas de

forma livre e interpretativa, com olhar para a disseminação e mediação dessa informação social em bibliotecas de caráter público. Além disso, são relatadas atividades de mediação de leitura que foram realizadas no âmbito do projeto com três desses livros: “A moça tecelã”, “Pode pegar” e “Ilha das lágrimas”. Buscou-se nessas atividades desenvolver habilidades de CoInfo para o empoderamento dos grupos trabalhados.

5 LITERATURA INFANTOJUVENIL COMO INFORMAÇÃO SOCIAL

Ao tratar de informação social, deve-se ter em princípio as questões sobre como a informação é tratada atualmente. Em meio a um viés do advento das tecnologias da informação e comunicação (TICs), em que as informações são projetadas a todo instante, mediante um cenário da vulnerabilidade social, entende-se que a informação que chega não será a mesma para todos e, por vezes, não chega para todos. Dentro desse cenário, é perceptível a importância da existência de bibliotecas públicas e comunitárias pois, mesmo diante da internet, a biblioteca ainda é um local onde a informação é para todas as pessoas, pelo fato de possibilitar agregação comunitária e mediação de informação de forma lúdica.

Para a Biblioteconomia, o conceito de informação social foi estudado tendo em vista que os fenômenos humanos são, por si só, complexos, devido às diferentes culturas, constantes mudanças na sociedade, questões políticas, entre outros. Diante disso, Cardoso (1994, p. 111) argumenta que:

[...] toda informação é social. Entretanto, quando adotamos esta terminologia como definidora de uma área de estudo, o fazemos como recurso pedagógico que permite identificar o conhecimento e analisar metodologias acerca da produção, organização, disseminação, consumo e incorporação da informação, enfatizando a diversidade de processos e relações que ocorrem no cotidiano dos indivíduos, segmentos, classes e instituições sociais.

Assim, entendemos que, além das mudanças na sociedade, é importante salientar que o conhecimento é algo empírico, isto é, a informação por vezes é interpretada ou entendida de mais de uma forma. Ainda no cenário das desigualdades e vulnerabilidades sociais, é indispensável mencionar a existência dos leitores do mundo, aqueles que entendem o mundo e a sua volta através das suas próprias vivências, em que a informação é contextualizada a partir da realidade que conhecem, conforme Freire (2009, p. 11), que

uma vez afirmou: “a leitura do mundo precede a leitura da palavra [...]”. Por essa perspectiva, é possível visualizar o ponto de vista de que toda informação é social, pois está inserida no contexto social e cultural dos indivíduos e de seus grupos.

Além disso, Cardoso (1994, p. 111) afirma que “[...] a realidade está permanentemente em movimento e em construção, e que todo processo de conhecimento é apenas uma possibilidade, dentre outras, de aproximação da verdade [...]”, sendo necessário analisar o contexto no qual aquela possível informação está inserida e o contexto daqueles que vão recebê-la, os fenômenos sociais que assolam a sociedade e, claro, a relação entre indivíduo e sociedade, bem como sua pluralidade existente. Para fins de pesquisa e conceituação, a informação social pode ser visualizada em recortes, como por exemplo o teórico, o prático e o teórico-prático. Tais recortes são apenas uma forma de organizar para ampliar a ideia da informação como algo social, afinal:

Na medida em que buscamos compreender e sistematizar o real construído pelas relações sociais em sua historicidade, percebemos as contradições aí localizadas e abrimos o caminho de alternativas para sua superação através da exposição de um saber, que mais e mais precisa ser publicizado como garantia de uma sociedade menos desigual (Cardoso, 1994, p. 114).

Para tanto, é preciso reconhecer a vida das pessoas como um todo, ou seja, como é o contexto de cada um, o conhecimento, o agir, o ponto de vista para assim entender como as informações chegam e são “lidas” por cada um (hooks, 2020). Tais temáticas são de extrema relevância para a sociedade, visto que usar a literatura para mediar tais informações é uma forma não só mais “leve” mas também mais didática, afinal, as bibliotecas públicas e comunitárias possuem como enfoque dialogar com todas as pessoas, inclusive as que se encontram mais próximos de uma vulnerabilidade social.

Em relação ao empoderamento de mulheres, um dos livros selecionados é “**A moça Tecelã**”. Colasanti (2014) narra a história de uma moça que amava tecer tudo o que gostava, desde belos horizontes até tapetes, e sentia-se muito feliz e realizada dessa maneira. Contudo, ao passar do tempo, a moça começou a se sentir sozinha e queria ter uma companhia, ou seja, decidiu tecer um marido para poder ter alguém ao seu lado. No início, a vida era mil maravilhas e muito bonita; porém, o marido observou que sua esposa podia fazer belos bordados e bordar de tudo um pouco, assim, ele começou a mandar ela tecer tudo que desejava. A moça tecelã começou a ficar infeliz com a vida que estava

levando, apenas sendo mandada e obedecendo ordens, até que um certo dia decidiu se libertar e ser livre de novo; então decidiu desfazer tudo o que havia tecido, a começar pelo marido. Essa narrativa discorre sobre como a mulher pode acabar se tornando submissa e perdendo sua voz, mas também como ela pode “tomar as rédeas” de sua vida e tomar suas próprias decisões. Então é um exemplo de como é importante a mulher não se silenciar e se deixar perder a liberdade e a autonomia dentro de um casamento, de modo que possa ser livre e independente da relação que se encontra, bem como, encontrar a força e o empoderamento de mulheres.

De certo que as crianças estão em desenvolvimento e precisam de orientação, apoio emocional e educação de seus responsáveis, com isso, é fundamental que os responsáveis estejam sempre atentos e sejam capazes de orientar seus filhos para que não ocorra nenhuma situação inadequada. Conforme descrito por Taubman (2021) em seu livro "**Não me toca, seu boboca!**", a história apresenta sobre como o encontro do tio gentil e feliz acaba se tornando um pesadelo, do qual a personagem principal Ritoca passou, mas consegue escapar. Com isso, Ritoca e seus amigos compreendem que não podem ser tocados por nenhum sujeito, muito menos por familiares e conhecidos. Assim, a narrativa discute sobre violência de gênero e abuso sexual, no qual apresenta situações inapropriadas onde ensina as crianças a se proteger e não deixar com que terceiros tenham nenhum tipo de contato, assim, reconhecer a relevância de discutir sobre a violência e abuso de gênero com as crianças e adolescentes.

Sobre as questões LGBTQIAPN+, um dos livros selecionados conta a história da personagem Raquel, em "**A bolsa Amarela**" (Bojunga, 2021), que coloca todas as suas vontades (uma delas de pensar que queria ser um menino) em uma bolsa amarela, assim, reprimindo suas verdadeiras vontades e o seu “eu”. Entretanto, nesta narrativa Raquel pensava que tinha que ser um menino, pois gostava de fazer coisas ditas de “menino”, pois seus pais e adultos à sua volta lhe diziam que se comportava como um menino; porém, no decorrer na história, Raquel percebe que tudo bem gostar de brincar com brincadeiras “de menino” e se identificar como uma menina, assim, sendo livre na própria pele. Essa história abre espaço para a discussão a respeito da identidade de gênero, além de abordar também a questão dos papéis de gênero impostos pela sociedade.

Em sequência, Alves (2019), no livro "**Conectadas**", aborda o romance jovial e LGBTQIAPN+, de modo que a narrativa relata sobre a descoberta de si mesma e do amor

entre duas meninas, acima de tudo um amor construído a partir de gostos em comum, sendo um deles o jogo de Role-playing game (RPG), e acabam se tornando parceiras no game virtual, assim, desenvolvendo o interesse emocional mútuo. Entretanto, uma das personagens, a Raíssa, se passa com o apelido no jogo de Leo, utilizando o nome e a personalidade do seu melhor amigo; dessa maneira, Ayla acaba criando sentimentos por Leo, mas Ayla não sabe que Leo na verdade é Raíssa. A história narra os acontecimentos de modo leve e fluido e, com isso, apresenta a relevância da representatividade do amor homoafetivo e sem discriminações, isto é, de poder ser livre para amar quem realmente se ama, além de amar a si mesma sem preconceitos internos. O final da história é bonito e genuíno para Ayla e Raíssa.

Em “**Tayó em quadrinhos**”, Oliveira (2021) aborda o feminismo negro e assuntos como machismo, racismo e ancestralidade. A história em quadrinhos é contada por Tayó, que é uma menina empoderada e que sabe o que quer, ela apresenta diálogos sobre o racismo, a ancestralidade e pertencimento das pessoas negras. Por meio dessas histórias em quadrinhos, Tayó argumenta sobre como é importante falar sobre identidade, preconceito e pertencimento, assim, celebrando quem são e lutando pela igualdade de direitos e reconhecimento, bem como a relevância da representatividade negra, ainda mais para as crianças e adolescentes, sendo peça chave o público infantojuvenil poder se identificar e não ter a exclusão e racismo. Uma fala da personagem do livro é interessante, pois diz: “[...] a falta de educação das pessoas dói mais na gente do que nelas. O importante é se defender e manter a cabeça erguida” (Oliveira, 2021, p.13).

Da mesma forma, o livro “**Sulwe**”, de Nyong’o (2021), afirma a beleza da pele negra, retratando o processo de aceitação da personagem por ela ter a pele mais escura do que das outras pessoas. Sulwe é uma menina que não gostava da própria cor de pele, e tentava de tudo para ser mais clara, desde apagar sua pele com borracha até produtos alimentícios que eram mais claros. Ela tentou diversas alternativas para mudar quem era, não conseguindo mudar seu tom de pele, Sulwe decide se abrir para sua mãe e contar sua insatisfação, de modo que sua mãe mostra a beleza de ter a pele escura e que está tudo bem, assim Sulwe não precisa mudar quem ela realmente é.

Acerca dos estereótipos e papéis atribuídos socialmente a meninas e meninos, no livro “**A história de Júlia e sua sombra de menino**”, Bruel (2020) conta a história de Júlia que sempre gostou de fazer atividades ditas de menino. Seus pais sempre a

chamavam de moleque e afirmavam que ela tinha comportamentos de menino, até um certo dia sua sombra se transformar em uma sombra de menino e Júlia começa a questionar sua identidade. Ao decorrer da história Júlia percebe que está cansada de as pessoas denominarem ela como menino, Júlia quer ser apenas Júlia, independente de algo ser dito de menino ou não. Portanto, esse tipo de narrativa nos traz a reflexão de como na infância as crianças se percebem e desejam viver como realmente se identificam.

O livro **“Pode Pegar!”** trata-se de uma coelhinha e um coelhinho que pegam acessórios de vestimenta um do outro, desde um momento que ele pega uma fruta no alto e ela empresta seu salto; até ela atravessar o riacho e pegar a bota dele. Tokitaka (2017), nesse livro, retrata a desconstrução de estereótipos de gênero, apresentando que roupas e brincadeiras não têm gênero específico, visto que o fundamental é se sentir confortável e feliz com o que veste e com o que se brinca, isto é, não ferindo a ninguém, e como principal, a si mesmo. Em princípio, demonstrando que independente do gênero, o indivíduo pode ter liberdade de escolha, principalmente as crianças, assim, este livro pode ser utilizado como debate para os pais analisar e desconstruir essas camadas de “roupa de menino”, “roupa de menina”, “brincadeira de menino” e “brincadeira de menina”, isso é retratado em partes da história em que coelhinho usa um sapatinho de salto da coelhinha, demonstrando o interesse dele em algo que é visto socialmente como algo “de menina”, isso traz decerto que tem a possibilidade de respeitar e entender o que cada criança é, desconstruindo o preconceito em si.

Similarmente, no livro **“Ilha das Lágrimas”**, escrito por Xavier (2020), é pontuada a desconstrução do estereótipo de gênero, no qual o personagem, sendo um menino, não queria reprimir suas emoções e sim expressá-las, de modo que aborda sobre a cultura do machismo, isto é, o homem não pode demonstrar seus sentimentos. No entanto, a narrativa traz consigo a desconstrução do machismo, assim, discute-se a importância de apresentar para as crianças, principalmente, para os meninos, que está tudo bem em verbalizar, externar e expressar o que se sente. A história do livro traz a relação entre avô e neto, em uma conversa em que o menino conta ao avô a necessidade de expressar aquilo que sente, pois sentiu vontade de chorar sem entender o motivo. Assim, o avô conta suas aventuras demonstrando que em cada lugar de suas aventuras, percebia diversas emoções. Desse modo, para explicar isso, o avô conta que encontrou em uma ilha, plantas, e que cada uma seria uma razão que pode nos fazer chorar - a planta da tristeza, alegria,

dor e da saudade. Depois de ouvir toda a história, o menino descobre a razão pela qual deseja chorar e incentivado pelo avô, ele conta a razão que é a saudade que ele nutre pela avó. O avô então também diz que sente saudade e demonstra ao neto que é normal sentir vontade de chorar e muito além, a vontade e necessidade de saber se permitir sentir e expressar aquilo que sente.

São apresentadas aqui atividades de mediação de leitura realizadas em 2024 com três dos livros analisados: “A moça tecelã”, “Pode pegar” e “Ilha das lágrimas”. A atividade com o livro “A moça tecelã” foi desenvolvida no contexto de uma oficina de escrita feminista realizada na Casa de Referência Almerinda Gama (Instagram: @casaalmerindagama), uma casa de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, construída pelo Movimento de Mulheres Olga Benário. A oficina foi composta por cinco encontros, com o objetivo de as mulheres “reescreverem” sua história, de forma biográfica, ficcional ou ambas. Em cada encontro foi mediada a leitura de um livro, seguida pela realização de um debate sobre algum ponto suscitado na história e, posteriormente, a escrita pelas participantes da oficina do seu próprio texto.

“A moça tecelã” foi tema do primeiro encontro, motivando as participantes a contarem aspectos da sua experiência com violência de gênero e o momento de virada, assim como feito pela moça tecelã. Após esse momento, cada uma escreveu essa história ou partes dela, ficando à vontade para escolher sua forma de escrita; depois os textos foram trocados entre as participantes e todos foram lidos. Sobre o que interessa para esta análise, percebemos que a história mediada através do livro causou identificação com as participantes da oficina, encorajando-as a falarem de si de forma, de forma a refletir sobre sua realidade, o que estimula a habilidade de compreensão do seu contexto pessoal e social. Em quase todos os relatos houve choro e acolhimento, o que reforça a empatia e o sentimento de empoderamento coletivo. Já a parte da escrita buscou contribuir com o sentimento de autonomia sobre as decisões de suas vidas, estimulando o pensamento crítico sobre sua própria história.

Com o livro “Pode pegar!” foi realizada uma atividade de mediação de leitura com crianças na biblioteca comunitária do projeto de extensão universitária “Biblioteca Comunitária na Vila Residencial – UFRJ”. Essa atividade foi composta pela mediação de leitura de três livros, todos com foco na desconstrução de estereótipos de gênero; após a contação das histórias, foi feito um jogo com frases presentes nos livros e perguntados às

crianças se concordavam ou discordavam. Durante essa interação, algumas crianças externaram que não existe isso de “roupa de menino” ou “roupa de menina” e um menino comentou que até estava usando uma camiseta rosa. A dinâmica demonstrou que as crianças não apresentaram estranhamento à mensagem de igualdade apresentada nas histórias; no entanto, elas pareceram gostar desse reforço e refletir sobre o questionamento acerca do que meninas e meninos podem ou não brincar e usar, transferindo sua percepção do pessoal para o social. Acreditamos que esse tipo de atividade auxilia no desenvolvimento do pensamento crítico acerca das ações do dia a dia.

Por fim, a mediação de leitura com o livro “Ilha das lágrimas” foi conduzida em uma Escola Municipal da Zona Norte do Rio de Janeiro com estudantes do sexto ano experimental. Foi realizada uma dinâmica que envolvia dois momentos em que os estudantes compartilhassem seus sentimentos, antes e depois da contação da história. Percebemos que antes de iniciar a contação os estudantes se mostraram inseguros, contidos e tímidos, buscando validação sobre sentimentos tanto com os colegas como com as mediadoras. Diferentemente, após a contação da história, os estudantes já se encontravam mais desinibidos e confortáveis para externar seus sentimentos e dizer com quem costumam compartilhar. As meninas, de modo geral, demonstraram mais facilidade para dizer o que sentiam, mesmo que às vezes lhes faltassem palavras para explicar, mas os meninos também se soltaram mais comparando o antes e o depois. Acreditamos que uma história que fala de forma tão suave sobre sentimento de luto e saudades possibilitou às crianças se sentirem mais seguras e confortáveis para compartilhar seus sentimentos; além disso, entendemos que ao longo da mediação de leitura elas se perceberam mais pertencentes à situação, podendo ser ouvidas. Esse tipo de atividade, se constante, pode estimular o desenvolvimento da autonomia em relação a nomear e externar pensamentos e sentimentos, de forma crítica e confiante.

Sendo assim, entendemos que a leitura é uma forma de educar, bem como é uma forma de quebrar certos estigmas que a sociedade se habituou, além de ser uma forma de melhorar o bem-estar das pessoas em diferentes esferas da sociedade. É também uma forma de localizar a origem de problemas existentes e, assim, criar medidas para superar tais questões, usando a literatura como ponte e fonte desse projeto. Portanto, conhecer essas narrativas e incluir esta literatura em espaços públicos pode acarretar melhorias sociais como, por exemplo, melhores percepções e entendimentos de mães e pais sobre

suas crianças e sentimento de identificação a se ver representada/o/e na literatura, no caso da comunidade LGBTQIAPN+. Da mesma maneira, a inclusão de literatura feminista e antirracista é fundamental para a construção de percepções mais coerentes com a realidade, assim desconstruindo estereótipos de gênero e realizando educação antirracista.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a biblioteca pública e comunitária como meio para inclusão social no contexto do feminismo interseccional é enfatizar a importância da inclusão de literatura feminista, literatura sobre educação antirracista e literatura sobre a comunidade LGBTQIAPN+ no acervo dos espaços públicos. Do mesmo modo, é necessário compreender a existência de grupos minorizados socialmente e entender o contexto social no qual estão inseridos, para que se possa pensar em contribuir com a autonomia e o empoderamento desses grupos, pela via da leitura e da CoInfo.

O feminismo é um movimento social que, segundo Tiburi (2019, p. 11), “nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos”. De acordo com a autora, é para todas pois são as mulheres que levam adiante a luta; por todes porque o feminismo proporcionou às pessoas serem livres e se identificarem como realmente são; e por todos porque a luta engloba todos os indivíduos, independentemente do gênero. O feminismo conversa com a luta por direitos de grupos minorizados socialmente, assim como a prática da CoInfo pode ser aliada no contexto do empoderamento desses grupos. A atribuição da CoInfo nas bibliotecas públicas e comunitárias é fundamental para a inclusão social pois, como visto no decorrer do trabalho, essas bibliotecas são espaços de informação e cultura para atender todas as pessoas, democratizando o acesso à informação e ao conhecimento em um espaço equitativo.

No âmbito do uso da literatura como forma de educação e construção de conhecimento, principalmente em relação aos mais jovens, o uso de acervo de literatura infantojuvenil é um meio para explicar, entender e questionar a desigualdade social. O uso desse tipo de literatura propicia contato desde cedo com questões como feminismo de forma natural, contribuindo, assim, para que o estigma acerca de tais temáticas se torne cada vez mais ínfimo.

Sobre a informação social, o conceito de leitores de mundo se reforça dentro do contexto de que toda e qualquer pessoa, sobretudo aquelas que pertencem a grupos sociais minorizados, constrói a informação pelas vivências; isso reforça a importância as bibliotecas de caráter público como apoio na vida das pessoas. Embora a existência de projetos como o CriaFem, dentre outros, o conhecimento de mundo também é válido, não só pelo fator intrínseco do conhecimento, bem como são conhecimentos que perpassam a literatura e que agregam as gerações, ainda que o conhecimento científico seja importante, o “conquistado” traz à sociedade as demais visões que a tornam ímpar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA JÚNIOR, Osvaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina. [Anais...] Londrina: UEL, 2007. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13269/>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- ALMEIDA, Larisse Macêdo de; FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Empoderamento e protagonismo social na práxis bibliotecária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1274/1207>. Acesso em: 31 jul. 2024.
- ALVES, Clara. **Conectadas**. São Paulo: Seguinte, 2019.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Association of College and Research Libraries (ACRL). **Presidential Committee on Information Literacy: final report**. Chicago, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- BOJUNGA, Lygia. **A bolsa amarela**. 36. ed. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2021.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BRUEL, Christian. **A história de Júlia e sua sombra de menino**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2020.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/38274>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- CANDAUI, Vera Maria. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 13, n. Especial, p. 678-686, dez. 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1983-1579.2020v13nEspecial.54949. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/54949>. Acesso em: 2 ago. 2024.
- COLASANTI, Marina. **A moça tecelã**. São Paulo: Global, 2014.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução por Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa; ROSA, Ester. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Olinda: CCFL; Brasil: RNBC, 2018. Disponível em: <https://cclf.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Ebook-OBrazilquele-1.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 50. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

GARRIDO, Margarida Vaz; AZEVEDO, Catarina; PALMA, Tomás. Cognição social: fundamentos, formulações actuais e perspectivas futuras. **Psicologia**, Lisboa, v. 25, n. 1, p. 113–157, 2011. DOI: 10.17575/rpsicol.v25i1.282. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/282>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HOOKS, bell. **Ensinando o pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

IFLA; UNESCO. **Manifesto da biblioteca pública IFLA-UNESCO 2022**. Tradução: FEBAB. São Paulo: FEBAB, 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 26 jun. 2024.

LUCCA, Djuli Machado de; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação e suas raízes teórico-epistemológicas da Ciência da Informação: em foco, a fenomenologia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 22–48, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25503>. Acesso em: 4 jul. 2024.

LUPTON, Ellen; KAFEI, Farah; TOBIAS, Jennifer; HALSTEAD, Josh A.; SALES, Kaleena; XIA, Leslie; VERGARA, Valentina. **Extra bold**: uma guia feminista, inclusivo, antirracista, não binário para designers. Tradução: Maria Luisa de Abreu Lima Paz. São Paulo: Olhares, 2023.

MALLMANN, Patrícia S. P. Biblioteconomia social e decolonização do saber: formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas como prática de mediação de informação afro-brasileira e africana. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 22, n. 2, p. 13-38, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/21091>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Enfrentamento a desigualdade informacional de gênero: ações de competência em informação promovidas em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UFS, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/257982>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MONTES, Graciela. **Buscar indícios, construir sentidos**. Bogotá: Babel, 2018. Disponível em: https://issuu.com/solislunadesigneditora/docs/buscar_indicios. Acesso em: 2 ago. 2024.

NYONG'O, Lupita. **Sulwe**. Ilustrações de Vashti Harrison. Tradução Rane Souza. Rio de Janeiro: Rocquinho, 2021.

OLIVEIRA, Kiusam de. **Tayó em quadrinhos**. Ilustrações de Amora Moreira. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2021.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/TXxbbM6FwLjyh9G9tqvQp4v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2024.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira; HERRERA, Karolyna Marin. Competência em informação e empoderamento feminino. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 14, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/217774>. Acesso em: 26 jun. 2024.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Lourival Pereira. Bibliotecas comunitárias: dispositivos de ação. In: PINHO, Fabio Assis. **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. p. 24-39. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/303>. Acesso em: 2 jul. 2024.

PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir a adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; KARPINSKI, Cezar; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação como forma de pedagogia decolonial e intercultural: construindo significados. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-24, 2021. DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5750. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5750>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/80459>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SILVA, Aline Gonçalves da; OLINTO, Gilda. Diferenças de gênero no uso das tecnologias da informação e da comunicação: um estudo na Biblioteca Parque de Manguinhos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/28057>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, André Luiz Avelino da; VITORINO, Elizete Vieira. Estrutura de um programa de desenvolvimento da competência em informação para população LGBTI+: atitudes, comportamentos, habilidades, valores e conhecimentos. **Brazilian Journal of Information Science**, [s. l.], v. 17, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/228700>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SUAIDEN, Emir. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 432-457, jan/mar. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109063/64341>. Acesso em: 26 jun. 2024.

TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca seu boboca!** Ilustrações por Thais Linhares. 7. ed. Belo Horizonte: Aletria, 2021.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 11. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

TOKITAKA, Janaína. **Pode pegar**. São Paulo: Boitempo, 2017.

XAVIER, Rodrigo Romão. **Ilha das lágrimas**. Ilustrações de Luciana Bicalho. Curitiba: Caqui, 2020.